Na sombra da construção da Nova Capital de Minas: o documento-indicador de um conflito

Carlos Alberto Oliveira*

Apresentação do documento

A sociedade mineira durante o final do século XIX e início do século XX vivenciou a transferência da sede do governo do estado, da cidade de Ouro Preto para a cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 12 de dezembro de 1897. Tal acontecimento não foi desprovido de conflitos e acirrou disputas de interesses políticos em relação às elites de Ouro Preto que não aceitavam a transferência da capital do Estado, e devido à escolha da região onde seria implantada a nova cidade, surgiram divergências entre políticos conservadores e republicanos. A escolha do terreno ocorreu por voto em assembléia, e o local eleito foi o antigo Curral Del Rei, escolha muito criticada pelos políticos conservadores e fundiários, que diziam ser o terreno inadequado, impossibilitando a realização de tal feito no período de quatro anos, 1893/1897.

Este evento marcou a história do Estado de Minas Gerais na última década do século XIX e motivou dezenas de trabalhos científicos sobre os trâmites políticos do período em relação a tal fato. A população residente no Curral Del Rei, no entanto, pouco figura na reconstituição histórica do processo de mudança da Capital. É sabido que poucos tiveram acesso à cidade que se levantou logo após o fim do velho Curral, e que a documentação do período é preponderantemente vinculada aos órgãos públicos e aos documentos técnicos da comissão construtora. A partir da digitalização do acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas, disponibilizado há menos de uma década pela prefeitura de Belo Horizonte, é possível encontrar documentos que possibilitam ao historiador avançar pela trajetória do indivíduo habitante do Curral Del Rey que teve sua terra desapropriada à base de indenizações cujos valores foram contestados pelos beneficiários no período.

É sabido que entre o final do século XIX e início do século XX os fluxos migratórios atingiram proporções significativas em Minas Gerais. Os fatores mais expressivos para esse aumento foram, além da construção de Belo Horizonte, a expansão da lavoura cafeeira na região sul e na zona da mata. De acordo com os dados levantados por Botelho, Braga e

* Bacharel e Licenciado em História pela PUC Minas; mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: oliveirahcp@gmail.com

Andrade¹, a imigração de italianos para o Brasil entre 1880 e 1900 atingiu o número de 978.178 pessoas, representando 58,5% do número total, que inclui portugueses, espanhóis, alemães e outras nacionalidades. Minas, neste quadro, também foi destino de imigrantes. Segundo os autores,

Tomando como base o total de imigrantes chegados ao Brasil nesses anos, percebe-se que Minas Gerais absorveu apenas 4% do total de 1895, valor que se eleva a 14% em 1896 e a 12% em 1897. É o auge da corrente imigratória para o estado, tanto em termos absolutos quanto em relativos.²

Em 1896, 65,36% do contingente migratório registrado na Hospedaria de Juiz de Fora, uma das maiores receptores de imigrantes no Estado, eram italianos. Em Minas Gerais, a imigração era vista pelo poder político como qualificador da mão-de-obra, e não substituidor da força de trabalho aqui existente. Esses dados sugerem algumas possíveis interpretações quanto à ameaça do senhor Verlangieri em denunciar a violência da desapropriação do Curral Del Rei aos representantes internacionais da sua nacionalidade. O perfil migracional para Minas Gerais encontrado por Botelho, Braga e Andrade se ajustava ao padrão da imigração subsidiada, com predomínio dos grupos familiares, e tais condições de vinda apontavam uma relação mais diplomática entre os que para o estado foram deslocados e o governo local.

O documento abaixo se trata de uma mensagem enviada por um imigrante italiano ao engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital sobre arbitrariedades nas desapropriações e comunica também pedido de ajuda feito ao consulado. O documento data do ano em que a cidade foi inaugurada, com os loteamentos e projeto urbanístico definidos, mas inacabada arquitetonicamente, com residências e estabelecimentos comerciais ainda por serem desapropriados e demolidos para construção de novos imóveis. Trata-se de um documento-indicador de possibilidades de pesquisa por ser o registro de um processo histórico que nos possibilita lançar olhares sobre um tipo de documento epistolar que, neste caso, revela como o processo não foi pouco agressivo para aqueles que se encontravam no caminho da construção do emblema republicano mineiro, a Nova Capital. O documento original encontra-se sob guarda do Museu Histórico Abílio Barreto, pode ser solicitado sob a notação CC Da 03/008 e consultado no site do acervo da comissão construtora.³

¹ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariangela Porto; ANDRADE, Cristiana Veigas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 155-176 - 2007

² Idem, p. 162.

³ Acervo disponível para consulta no portal <<http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br>>

Transcrição

Página 1

Sabará 23 de setembro de 1894

Ilmo. Senhore
Doutor Aarão Reis
D. D. Chefe da comissão constructora
Belo Horizonte,

Ilmo Senhore,

Estranhei hoje com uma intimação da policia a respeito da casa da nos locada ahi e que agora o senhor adequerio.

Digo estranhei porque V.^a S.^a não ignora com certeza que depois dos actos de violencias e arbitrariedades praticados no dia 29 de Junho a nossa firma commercial recorreo a proteção do Governo Italiano.

E a prova mais evidente das suas arbitrariedades estão confirmadas hoje da o aviso da Policia de comparecer ahi amanha para dar a chave da Casa hoje propriedade do Estado.

Com que direito então no dia 29 de junho o senhor mandou a penhorar as nossas mercadorias, violar selvajemente o nosso domicilio, nomeiar um depositario?

O senhor não está vendo mesmo que intimação de hoje é a condemnação do que fez no

dia 29 de junho?

Nascidos em um Paiz que deu a terra Colombo e ao céu Galilei; nascidos e educados em um Paiz que insignou as leis ao mundo, não receiamos novos actos de prepotência!

Porem sendo gente civilizada e ordeira cumuni-
co-lhe que Sua Senhoria o Cônsul de Itália em Juiz de Fora com seu officio N° 537 scientificou-me que Sua Exc.^a o Ministro de Sua Majestade Rei Humberto já tinha reclamado ao Governo de S. Exc.^o Marechal Floriano Peixoto – e com mesmo officio aconselha nos a esperar a resolução do Governo Federal para ver que convem de fazer o Governo da Italia.

Tractando-se de uma questão delicadíssima hoje mesmo tenho passado telegramma ao Consul para resolver o que eu tenho de fazer.

Julgo que o senhor esperá 5 o 6 dias que será meu dever de comunicar-lhe da cavalheiro a resposta.

Se assim quizer-lhe ficarei agradecido, senão quizer faça também o seu comodo porque tendo nos um prejuizo de muitos contos de reis por seus actos violentos e por isso o nosso direito tem por triumphar custa o que custar.

Alem do negocio da V^a S^a mandado a lacrar

temos o nosso domicilio particular com os objectos de nosso uso e que mandando brutalmente a violentar tambem o mesmo faremos nova reclamação.

Enfim faço observar que não precisa intimação de Policia, non sendo nos criminosos, nem o prazo de 24 horas não sendo seus criados! Isso é revoltante e não de gente civilizada.

Tenho a honra de apresentar a V^a S^a a mais alta estima e consideração

Por Irmãos Verlangieri
Carlos Verlangieri

CC 103/008

819 53

Barbá 23 de Setembro de 1894

[01]

Ilmo Senhor
Doutor Araújo Reis
S.D. Chefe da comissão constructora
Bella Horizonte,

Ilmo Senhor,

Estranhei hoje com uma intimação da Polí-
cia a respeito da casa da nos locada ahí
e que agora o Senhor adequeria.

Digo estranhei porque V. S. não ignora
com certeza que de pois dos actos de violencias
e arbitrariedades praticados no dia 29 de Junho
a nossa firma Commercial recorre a protecção
Do Governo Italiano.

E a prova mais evidente das suas arbitrarie-
dades estão confirmadas hoje da o aviso da
Polícia de comparecer ahí amanhã para dar
a chave da Casa hoje propriedade do Estado.

Com que direito então no dia 29 de Junho o
Senhor mandou a penhorar as nossas mer-
cadorias, violar selvajemente o nosso domicilio,
nomear um depositario?

O Senhor não está vendo mesmo que intima-
ção de hoje é a condemnação do que fez no

22
dia 29 de Junho?

Nascidos em um Paiz que deu a terra Colombo e ao cis Galilei; nascidos e educados em um Paiz que insignou as leis ao mundo, não precisamos novos actos de prepotencia!

Porém sendo gente civilizada e ordeira commo es-
to-
lhe que Sua Senhoria o Consul de Italia em Juiz de Fora com seu officio N.º 534 scientificou-me que Sua Sac.ª o Ministro de Sua Magestade Rei Humberto já tinha reclamado no Governo de S. Sac.ª Marechal Floriano Peixoto - e com o mesmo Officio a conselho nos a esperar a resolução do Governo Federal para ver que convem de fazer o Governo da Italia.

Tractando-se de uma questão delicadissima hoje mesmo tenho passado telegramma ao Consul para resolver o que eu tenho de fazer.

Julgo que o Senhor esperará 5 ou 6 dias que será meu dever de comunicar-lhe da Cavalheiro a resposta.

Se assim quizer-lhe ficarei agradecido, se não quizer faça tambem o seu comodo porque tendo nos um prejuizo de muitas contos de reis por seus actos violentos e por isso o nosso direito tem de triumphar custaria que custar.

Alem do negocio da V. S. mandado a Lacerda

temos o nosso Domicilio particular com os [02]
objectos de nosso uso e que mandando brutal-
mente a violentar tambem o mesmo faremos no-
na reclamação.

Emfim faço observar que não precisa intimação
de Policia, non sendo nos criminosos, nem o
prazo de 24 horas não sendo seus criados!
Isso é revoltante e não de gente civilizada.

Tenho a honra de apresentar a V. Sa.
a mais alta estima e consideração

Por Jmaos Verlaugieri
Carlos Verlaugieri

Referências Bibliográficas

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariangela Porto; ANDRADE, Cristiana Veigas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54.

Museu Histórico Abílio Barreto

Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br> Acesso: 9/12/2010.